



NORMAS PARA AS

ELEIÇÕES 2018

Rubens JR

Deputado Federal e Vice-Líder PCdoB

Introdução

As normas do Tribunal Superior Eleitoral que definem o funcionamento do processo das eleições 2018 foram publicadas. Ao todo, são [10 resoluções](#) que detalham os atos preparatórios, registros de candidatos, fiscalização, prestação de contas, propaganda eleitoral e horário gratuito, modelos de lacres, calendário eleitoral, cronograma operacional, pesquisas eleitorais e reclamações.

Índice

<i>Registro de candidaturas</i>	4
<i>Atos preparatórios</i>	5
<i>Auditoria de funcionamento</i>	6
<i>Prestação de contas</i>	7
<i>Propaganda eleitoral e horário eleitoral gratuito</i>	8
<i>Calendário eleitoral</i>	9
<i>Pesquisas eleitorais</i>	10
<i>Normas e documentações</i>	11

Registro de candidaturas



O tempo de filiação antes da eleição reduziu de 1 ano para 6 meses. Em 2018, ainda será permitido coligações nas proporcionais. A escolha de candidatos pelos partidos políticos e a deliberação sobre coligações deverão ser feitas no período de 20 de julho a 5 de agosto.

Os partidos políticos e as coligações solicitarão aos tribunais eleitorais o registro de seus candidatos até as 19 (dezenove) horas do dia 15 de agosto.

[Acesse a Resolução 23.548 na íntegra.](#)

Atos preparatórios

A resolução explica os processos para a preparação das eleições que serão realizadas simultaneamente em todo o País em 7 de outubro de 2018, primeiro turno, e em 28 de outubro de 2018.

[Acesse a Resolução nº 23.554 na íntegra.](#)



Auditoria de funcionamento



É garantido acesso antecipado aos programas de computador desenvolvidos pelo Tribunal Superior Eleitoral ou sob sua encomenda a serem utilizados nas eleições, para fins de fiscalização e auditoria, em ambiente específico e sob a supervisão do Tribunal Superior Eleitoral aos fiscais

dos partidos políticos e das coligações, à Ordem dos Advogados do Brasil, ao Ministério Público, ao Congresso Nacional, ao Supremo Tribunal Federal, à Controladoria-Geral da União, ao Departamento de Polícia Federal, à Sociedade Brasileira de Computação, ao Conselho Federal de Engenharia e Agronomia e aos departamentos de Tecnologia da Informação de universidades.

[Acesse a Resolução 23.550 na íntegra.](#)

Prestação de contas

Explica a arrecadação e os gastos de recursos por partidos políticos e candidatos e sobre a prestação de contas nas eleições.



Nas eleições para Presidente da República em 2018, o limite de gastos de campanha de cada candidato será de R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais). Na campanha para o segundo turno, se houver, o limite de gastos de cada candidato será de 50%.

O limite de gastos nas campanhas dos candidatos às eleições de Governador e Senador em 2018 será definido de acordo com o número de eleitores de cada estado a ser apurado no dia 31 de maio de 2018.

Nas eleições para Deputado Federal, Estadual ou Distrital em 2018, o limite de gastos será de 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) para as campanhas dos candidatos às eleições de Deputado Federal e de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) para as de Deputado Estadual ou Distrital.

[Acesse a Resolução 23.553 na íntegra.](#)

Propaganda eleitoral e horário eleitoral gratuito

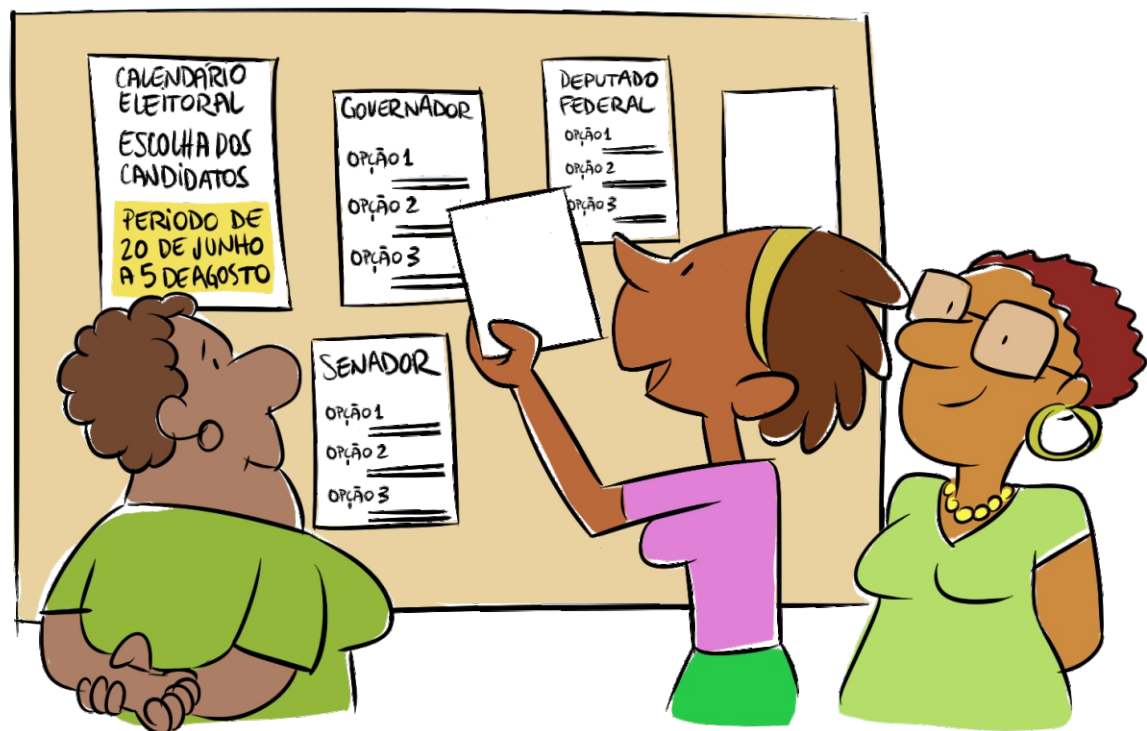


A propaganda eleitoral é permitida a partir de 16 de agosto do ano da eleição. Não configuram propaganda eleitoral antecipada, desde que não envolvam pedido explícito de voto, a menção à pretensa candidatura, a exaltação das qualidades pessoais dos pré-candidatos e os seguintes atos, que poderão ter cobertura dos meios de comunicação social, inclusive via internet.

É permitida a propaganda eleitoral na internet a partir do dia 16 de agosto do ano da eleição. É vedada a utilização de impulsionamento de conteúdos e ferramentas digitais não disponibilizadas pelo provedor da aplicação de internet, ainda que gratuitas, para alterar o teor ou a repercussão de propaganda eleitoral, tanto próprios quanto de terceiros.

[Acesse a Resolução 23.551 na íntegra.](#)

Calendário eleitoral



Detalha os principais marcos do processo eleitoral como 20 de julho data a partir da qual, até 5 de agosto de 2018, é permitida a realização de convenções destinadas a deliberar sobre coligações e a escolher candidatos a Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador, Senador e respectivos suplentes, Deputado Federal, Deputado Estadual ou Distrital.

[Acesse a Resolução 23.556 na íntegra](#)

Pesquisas eleitorais

A partir de 1º de janeiro, as entidades e as empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos, para conhecimento público, são obrigadas, para cada pesquisa, a registrar no tribunal eleitoral ao qual compete fazer o registro dos candidatos, até 5 (cinco) dias antes da divulgação. O Ministério Público, os candidatos, os partidos políticos e as coligações são partes legítimas para impugnar o registro ou a divulgação de pesquisas eleitorais perante o tribunal competente.

[Acesse a Resolução 23.549 na íntegra.](#)



Normas e documentações

- | | |
|--|-----------------------------|
| 1. <i>Registro de candidaturas</i> | Formato PDF |
| 2. <i>Atos preparatórios</i> | Formato PDF |
| 3. <i>Auditoria de funcionamento</i> | Formato PDF |
| 4. <i>Prestação de contas</i> | Formato PDF |
| 5. <i>Propaganda eleitoral e horário eleitoral gratuito</i> | Formato PDF |
| 6. <i>Modelos de lacres</i> | Formato PDF |
| 7. <i>Calendário eleitoral</i> | Formato PDF |
| 8. <i>Pesquisas eleitorais</i> | Formato PDF |
| 9. <i>Reclamações e pedidos de resposta previstos na Lei nº 9.504/1997</i> | Formato PDF |
| 10. <i>Regulamenta os procedimentos nas seções leitorais que utilizarão o módulo impressor nas eleições de 2018</i> | Formato PDF |

Rubens JR

Deputado Federal e Vice-Líder PCdoB



@RUBENSPEREIRAJR



RUBENSPEREIRAJR65



@DEPRUBENSPEREIRAJR65